

## **EDITAL - PREGÃO ELETRONICO**

### **PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025 FECHADO E ABERTO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Data de abertura: 30/07/2025 às 09h00min no sítio <https://www.bll.org.br/>

**Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (INFORMATICA, ELETROELETRONICOS, AUDIO E VIDEO, MOVEIS E ELETRODOMESTICOS) E MATERIAIS (SUPRIMENTOS DE INFORMATICA) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE.**

Prazo para envio da proposta/documentação: Até 30/07/2025 às 07h00min <https://www.bll.org.br/>

Valor total estimado R\$ 3.914.709,04 (TRES MILHOES NOVECENTOS E QUATORZE MIL SETECENTOS E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR LOTE**, Acompanhe a sessão pública deste Pregão pelo endereço <https://www.bll.org.br/>, selecionando as opções

O MUNICÍPIO DE QUEIMADAS - BAHIA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIOS DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR LOTE, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

#### **1. DO OBJETO.**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Registro de Preço para a futura EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES INFORMATICA, ELETROELETRONICOS, AUDIO E VIDEO, MOVEIS E ELETRODOMESTICOS) E MATERIAIS ( SUPRIMENTOS DE INFORMATICA) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1. A licitação será de menor preço por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência,

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Lote, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

2.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. O edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto nos arts. 82 e seguintes da Lei federal nº. 14.133/2021.

#### **3. DO CREDENCIAMENTO.**

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://www.bll.org.br/>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal

e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

**4.1.** A presente licitação será realizada na modalidade de **pregão eletrônico**, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; todos da Lei n.º 14.133/2021.

**4.1.1.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.

**4.2.** A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por **empregada por menor preço POR LOTE**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

**4.3.** A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no dia 30 de julho de 2025, às 09h, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 07:00h deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

**4.4.** Ficará impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida;

**4.5.** É **VEDADO** ao agente político e ao servidor público, de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

**4.6.** Considerando que a sessão da licitação ocorrerá em formato eletrônico, para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema BLL, através do endereço <https://bll.org.br/>, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

**4.6.1.** Serão de inteira responsabilidade do interessado as informações prestadas no cadastro, bem como o não preenchimento do mesmo, não sendo apreciadas posteriores reclamações por informações que não forem corretamente registradas.

**4.7.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**4.8.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**4.9.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**4.10.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**4.11.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**4.12.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica; e solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**4.13.** A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI ou Cooperativa, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.



- 4.14. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior exigido 1.13 e na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).
- 4.15. A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 1.13, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 4.16. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 4.17. O prazo de que trata o item 1.15 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 4.18. A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 1.15 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.19. Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação ou pela comissão que coordenar:
- 4.20. Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;
- 4.21. Com falência decretada;
- 4.22. Consorciada;
- 4.23. Suspensa pela Prefeitura Municipal de Queimadas;
- 4.24. Em regime de concordata;
- 4.25. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Queimadas;
- 4.26. De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

## 5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**.
- 5.6. A licitação será com o modo de **disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.6.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.6, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.6.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## 6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.2 Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;
- 7.2.1 Marca ou fabricante de cada item ofertado;
- 7.2.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 7.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 DIAS, a contar da data de sua apresentação.
- 7.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas planilhas referenciais que compõem o processo licitatório e encontram-se anexas a este Edital.
- 7.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.9 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://https://www.bll.org.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 7.12 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015
- 7.13 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor

zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.

8.7.4 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.5 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.7 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.8 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.9 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.10 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7.11 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

- 8.7.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7.13 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.7.14 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.7.15 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.7.16 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.7.17 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 9.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.6 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 9.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.10 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 10 DA HABILITAÇÃO.

- 10.1 **SERÃO ANALISADOS E CONFERIDOS TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DAS EMPRESAS MAIS BEM CLASSIFICADAS NOS RESPECTIVOS LOTES DO CERTAME, POR MEIO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO [HTTPS://BLL.ORG.BR/](https://bll.org.br/):**
- 10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

- 10.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 10.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>
- 10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate fctico, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.
- 10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 10.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico- financeira, salvo justificacão no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá- los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação.
- 10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicaçãõ de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralizaçãõ do recolhimento dessas contribuições.
- 10.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



#### **10.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.9.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **10.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

10.10.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.10.8. Caso o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **10.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

10.11.2. Certidão Negativa de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa da empresa e de seus atuais administradores, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, que por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.11.3.** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata ou de ações de recuperações judiciais e extrajudiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura da Sessão, se outro prazo não constar do documento.

**10.11.4.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**6.12.4** A certidão referida no item anterior que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data de sua emissão.

**6.12.5** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**6.12.6** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**6.12.7** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

**6.12.8** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei n° 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**6.12.9.A** comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**6.12.10** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**6.12.11** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos 02 últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**6.12.12** As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico- financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.



**6.12.13A** declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita brutadiscriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

### **6.13 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES P/ HABILITAÇÃO.**

**a)** Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**b)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**c)** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**d)** Declaração que Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**e)** Declaração que Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**f)** Declaração de inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Queimadas ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

**g)** Declarar expressamente sob pena de desclassificação que a proponente que entregará os materiais e equipamentos objeto desta licitação após a requisição da Secretaria responsável no prazo de 05 (cinco) dias úteis na Sede e na Zona Rural do Município sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**h)** Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada, acompanhada da certidão comprobatória do enquadramento conforme.

**6.13.2** - O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

**6.13.3** Apresentar Alvará de funcionamento (Licença de Localização e Funcionamento) do Município ou sede da empresa participante, dentro do prazo de validade.

### **6.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**6.14.1** Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação da licitante para aptidão no fornecimento de bens com características semelhantes as do objeto, feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, compatível com o objeto licitado. Os atestados apresentados poderão ser diligenciados pelo Pregoeiro.

6.15. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.

**6.16.A** existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**6.17.A** declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**6.17.1.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**6.17.2.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante,



sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.17.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.17.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.17.5. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.17.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11 DOS RECURSOS.**

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 Os recursos serão de acordo com a Lei Federal 14.133/2021

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

13.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

## **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15 DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário será convocado a assinar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Ata

de Registro de Preços, que conterá obrigatoriamente a quantidade dos produtos adjudicados e seus respectivos valores, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.2 Após firmada a Ata de Registro de Preços e por interesse da Administração, o adjudicatário poderá ser convocado a celebrar Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente para fornecimento de produtos, no limite das quantidades originalmente estabelecidas.

15.3 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.3.1** As regras estabelecidas no item acima se aplicam, também, ao adjudicatário que se negar a assinar a Ata de Registro de Preços respectiva.

15.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.5 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.6 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.6.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.6.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.6.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.6.4 O prazo de vigência da contratação bem como as quantidades dos bens para fornecimento serão definidas pela Administração, respeitando os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência anexo ao presente Edital.

15.6.5 Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6.6 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.7 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 15. DAS REGRAS APLICÁVEIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria de Administração do MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

15.1.1 Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos serviços, após a emissão da Ordem de Fornecimento,

informado as quantidades a serem entregues;

**15.1.2.** Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

**15.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

**15.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**15.4.** O registro a que se refere o item 16.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**15.5.** Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

**15.6** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 16.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**15.6.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

**15.6.2** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste Edital; e

**15.6.3** Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

**15.7** Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo **FORNECEDOR**, parte integrante deste instrumento.

**15.7.1.** Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às **VENCEDORAS** dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

**15.7.2.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

**15.8** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

**15.8.1.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

**15.8.2.** Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

**15.8.3.** A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**15.9.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**15.10.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**15.11.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**15.12.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 16.8.

**15.13.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**15.14.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**15.15.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 16.14, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos

preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.16.** A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

**15.17.** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

**15.18.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**15.18.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**15.18.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**15.18.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.19.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

**15.20.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**15.21.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**15.21.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**15.21.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**15.21.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**15.21.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.22.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**15.22.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**15.22.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**15.22.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**15.22.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**15.23.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**15.24.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

**15.25.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**15.26.** O remanejamento somente poderá ser feito De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**15.27.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**15.28.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**15.29.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**15.30.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar

pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**15.31.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**15.31.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**15.31.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**15.31.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

**15.31.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.32.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**15.33.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste Edital será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**15.34.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**15.35.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**15.35.1.** Por razão de interesse público;

**15.35.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**15.35.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

**16.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO.**

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



20.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2.0 licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1 Advertência por escrito;

20.2.2 Multa;

20.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

20.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

20.5 Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Queimadas - BA, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

20.6 **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

## 21. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://www.bll.org.br/>.

22.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.8 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.bll.org.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.2 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.11.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13 A Prefeitura Municipal de Queimadas - BA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.13.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.13.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13.3 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.13.4 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.bll.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico [queimadaslicitacao@gmail.com](mailto:queimadaslicitacao@gmail.com), e no setor de licitações no horário das 08:00 às 12:00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.



23.13.5 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;**

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;**

**ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Queimadas, Bahia, 16 de julho de 2025.

**RICARDO MARCOS BATISTA LOPES**  
**PREFEITO**



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*

## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

**1.1. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ÁUDIO E VÍDEO, MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS) E MATERIAIS (SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICIPALIDADE.**

### 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO.

**2.1.** Trata-se de estudos preliminares que visa à contratação de empresa especializada dos supracitados bens, com vistas a atender as demandas da Prefeitura Municipal, suas secretarias e órgãos de governo. Os referidos bens se fazem necessários para suprir as necessidades da administração pública de itens apropriados à manutenção e provimento das necessidades básicas da administração para que os serviços municipais possam ser entregues à população e dando plena efetividade aos princípios administrativos da eficiência, celeridade e economicidade. A contratação irá atender a central administrativa do poder executivo municipal, composta por diversos setores, tais como patrimônio, gabinete, tributos, contabilidade, compras e licitações, controladoria, bem como as diversas secretarias municipais, tais como Saúde (compreendendo o hospital municipal, 8 postos de saúde e CAPS), Assistência Social (que abarca ainda o CRAS e o CREAS), Secretaria de Educação (sobretudo a própria central administrativa da secretaria e mais 20 escolas municipais), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Infraestrutura.

**2.1.1.** A aquisição se faz necessária para que a administração municipal possa, de fato, entregar à população os serviços públicos com eficiência, celeridade e economicidade. Os bens permanentes e materiais dispostos no termo de referência tem por objetivo, sobretudo, garantir a eficiência na prestação dos serviços públicos

**2.1.2.** Por todo o exposto, a solução escolhida pela Prefeitura Municipal, como ferramenta legal para atendimento à demanda, por meio de procedimento licitatório Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

### 3. QUANTIDADES, VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

LOTE 1					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



1	Motor Portão Eletrônico 600kg Potência de 0,25 ou 1/4CV (portões até 600kg balanceado) - Engrenagem externa metálica 17 Dentes - Coroa e sem fim interno (engrenagens) metálicas - Abre portão de 3m em 10,6 seg. - Suporta até 40 aberturas por hora (ciclos/hora) - Placa NKXH30: embreagem; freio; parada suave; fim de curso sensor HALL; memoriza 28 botões; receptor 433 Mhz Rolling; função predial; fechamento automático; entrada botoeira; entrada sinaleira; entrada fotocélula; saída para luz de garagem. SISTEMA ANTI-CLONAGEM	2	unid	R\$ 859,67	R\$ 1.719,33
2	Motobomba auto escorvante 4 tempos a gasolina 6,5Hp de potência máxima. Sucção e recalque de 2". Transferência de água com baixa pressão. Tanque de combustível 3,6l. 196cc cilindradas do motor. Material da carcaça em alumínio e motor em ferro fundido.	3	unid	R\$ 2.657,67	R\$ 7.973,00
3	Motoserra a gasolina, 40cm   16", com 4,6CV, motor com potência de 59 cilindradas. 3/8.	1	unid	R\$ 2.227,33	R\$ 2.227,33



4	Roçadeira a Gasolina, potência (KW/cv) 2.0/2.7 Motor com 38,9cm <sup>3</sup> Cilindradas, rot. máxima (rpm) 12.500 rot. Mínima (rpm) 2.800 – Profissional, capacidade do tanque de combustível 0,58 L.	10	unid	R\$ 3.036,00	R\$ 30.360,00
5	Fio de Nylon 3 x 50 M Quadrado	100	rolo	R\$ 189,66	R\$ 18.966,33
6	Corrente do Sabre 3/8 1,3mm 16 Polegadas, 29 Dente, Motosserra	30	unid	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
7	Sabre Facão, 22 dentes, Motosserra	15	unid	R\$ 173,67	R\$ 2.605,00
8	Carretel Nylon, Automático, Roçadeira	6	unid	R\$ 80,33	R\$ 482,00
<b>TOTAL POR EXTENSO: SESSENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS.</b>					<b>R\$ 66.733,00</b>

LOTE 2					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ar Condicionado Split 9000 BTU/s Frio 220V	10	unid	R\$ 2.913,00	R\$ 29.130,00
2	Ar Condicionado Split 12000 BTU/s Frio 220V	30	unid	R\$ 3.400,00	R\$ 102.000,00
3	Ar Condicionado Split 18000 BTU/s Frio 220V	8	unid	R\$ 4.518,00	R\$ 36.144,00
4	Ar Condicionado Split 24000 BTU/s Frio 220V	10	unid	R\$ 6.211,00	R\$ 62.110,00
5	Ar Condicionado Split 36000 BTU/s Frio 220V	12	unid	R\$ 7.423,00	R\$ 89.076,00
6	Ar Condicionado Cassete 36000 BTU/s Frio 220V	4	unid	R\$ 12.666,00	R\$ 50.664,00



7	Kit Instalação Ar Condicionado 9000 Btus	10	unid	R\$ 422,00	R\$ 4.220,00
8	Kit Instalação Ar Condicionado 12000 Btus	60	unid	R\$ 443,67	R\$ 26.620,00
9	Kit Instalação Ar Condicionado 18000 Btus	16	unid	R\$ 483,67	R\$ 7.738,67
10	Kit Instalação Ar Condicionado 24000 Btus	10	unid	R\$ 525,33	R\$ 5.253,33
11	Kit Instalação Ar Condicionado 36000 Btus	12	unid	R\$ 604,33	R\$ 7.252,00
12	Kit Instalação De Ar Condicionado Cassete 36000 Btus	4	unid	R\$ 652,29	R\$ 2.609,17
<b>TOTAL POR EXTENSO: QUATROCENTOS E NOVENTA MIL, TRINTA E DOIS REAIS E DEZESETE CENTAVOS.</b>					<b>R\$ 490.032,17</b>

LOTE 3					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Balança De Plataforma Digital 200kg C/c 30x40	1	unid	R\$ 550,67	R\$ 550,67
2	Balança digital portátil com capacidade de até 180kg. Plataforma: vidro temperado com 5 mm de espessura, Visor: cristal líquido 04 dígitos de fácil visualização. Desligamento: automático. Pés resistentes e antiderrapante.	15	unid	R\$ 85,67	R\$ 1.285,00
3	Balança Mecânica de Balcão 150 KG, Divisão 100g	1	unid	R\$ 1.123,33	R\$ 1.123,33
4	Balança Digital 200kg Plataforma Reforçada 40x30cm com bateria	3	unid	R\$ 297,67	R\$ 893,00

**TOTAL POR EXTENSO: TRÊS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS.**

**R\$  
3.852,00**

LOTE 4					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Coifa e Depurador de Parede Premium ECO60PPI 220V	2	unid	R\$ 1.366,33	R\$ 2.732,67
2	Fogão industrial 4 bocas em aço carbono com pintura em epóxi. Baixa pressão. Grelhas de 30 x 30cm. 02 queimadores simples e 02 queimadores duplos em material ferro fundido. Capacidade do forno de 87 litros com prateleiras removíveis e reguláveis. Dimensões mínima do fogão: A80cm x L73cm x C83cm.	8	unid	R\$ 2.876,33	R\$ 23.010,67
3	Fogão Industrial 4 Bocas em Aço sem forno	5	unid	R\$ 2.166,33	R\$ 10.831,67
4	Fogão 4 bocas com forno branco. Mesa em aço inoxidável. Grelhas individuais. Acendimento automático. Forno com revestimento que facilita a limpeza. Pés altos e resistentes.	10	unid	R\$ 616,33	R\$ 6.163,33



5	Fogão 5 bocas com forno. Mesa em aço inox com 02 queimadores (bocas) 1,7kw e 02 queimadores 2,0kw e 01 queimador (boca central) com chama de 2,5kw. Acendimento automático. Forno de 100 litros, esmaltado para facilitar a limpeza e prateleiras que facilita a entrada e saída de alimentos. Pés altos e resistentes.	5	unid	R\$	1.369,67	R\$ 6.848,33
6	Freezer horizontal 1 porta. Capacidade entre 305l a 314 litros. Cycle defrost e função turbo freezer. Controle de temperaturas. Dimensão: A92cm x L107,3 x P76cm. Voltagem 220v.	5	unid	R\$	3.487,67	R\$ 17.438,33
7	Freezer horizontal 2 portas. Capacidade 534 litros. Cycle defrost e função turbo freezer. Controle de temperaturas. Dimensão: A96cm x L147,3 x P78cm. Voltagem 220v.	5	unid	R\$	5.206,33	R\$ 26.031,67
8	Freezer vertical branco 1 porta 234 litros. Congelamento rápido, botão liga/desliga, cestos removíveis, pés nivelados e compartimento com tampa basculante. Dimensões mínimas: A173,1cm x L55cm x P64,5cm. voltagem 220v.	8	unid	R\$	3.476,33	R\$ 27.810,67



9	Refrigerador duplex frost free branca 451 Litros. 3 prateleiras em vidro temperado. Prateleiras reguláveis e removíveis. Prateleiras nas portas. Gaveta para vegetais, porta latas. Freezer de 128 litros com prateleira interna. Iluminação interna. Pés niveladores. Dimensões mínimas: A176cm X L70cm X P73,2cm. Voltagem 220v.	3	unid	R\$	4.858,00	R\$	14.574,00
11	Refrigerador duplex frost free branca 334 litros. 3 prateleiras em vidro temperado. Prateleiras reguláveis e removíveis com vários níveis de altura. Função turbo. Prateleiras nas portas. Gaveta para vegetais, porta latas. Freezer de 72 litros com prateleira interna. Iluminação interna. Pés niveladores. Dimensões mínimas: A169,5cm X L62,1cm X P71,4cm. Voltagem 220v.	18	unid	R\$	3.406,33	R\$	61.314,00

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



12	Exaustor industrial comercial 30cm: Tensão 220wats. Corrente A 0,80/0,90; Potência 1/4.; Frequência 60hz; Rotação (RPM) 1.730; Temperatura ambiente de trabalho máximo de 40°; Reversível (Exaustor/ventilador); Chapa de aço tratada nº 22; Hélice 5 em aço tratado.	5	unid	R\$ 533,00	R\$ 2.665,00
<b>TOTAL POR EXTENSO: UM MILHÃO, NOVENTA MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS.</b>					<b>R\$ 1.090.843,68</b>

LOTE 5					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Kit Antena Parabólica c/ Receptor Digital	30	unid	R\$ 561,00	R\$ 16.830,00
2	Caixa de som ativa acústica com timbre excepcional e resposta cristalina. Possui bi amplificação, leitores de MP3 através de portas USB / SD além de comunicação via Bluetooth. Tamanho compacto, com visor LCD dinâmico com controles dos arquivos e pastas.	4	unid	R\$ 868,00	R\$ 3.472,00
3	Caixa Amplificada USB 600W RMS Bivolt	4	unid	R\$ 876,33	R\$ 3.505,33

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



4	Leitor de cartão SD USB 3.0 Leitor de cartão de memória flash de slot duplo TF SD Micro SD SDXC SDHC MMC RS-MMC Micro SDXC Micro SDHC UHS-I para Mac Windows Linux Chrome Leia 2 cartões	2	unid	R\$ 125,33	R\$ 250,67
5	Microfone Dinâmico Profissional Com Fio De 5 Metros 5V Relação 6,5mm P10 Liga De Neodímio Cardióide Unidirecional Cor Preto Para Karokê Streaming Transmissão LINHA PREMIUM	5	unid	R\$ 185,00	R\$ 925,00
6	Microfone Sem Fio Duplo UHF, Microfone Karaoke, Microfone Dinamico, Microfone de Mão Profissional para Festas, Eventos, Aulas, Palestras, Igreja, Desempenho, Entretenimento Familiar, MAC002	5	unid	R\$ 514,33	R\$ 2.571,67
7	Microfone De Mesa Omnidirecional Com Mudo Usb Home Office	5	unid	R\$ 488,67	R\$ 2.443,33
8	Caixa Ativa Sr315 Bluetooth Profissional 300w Cor Preto	5	unid	R\$ 3.978,00	R\$ 19.890,00
9	Projetor multimidia portátil de alto brilho. Resolução XGA desempenho 4:3. Definição de imagem 1024 x 768. Mínimo de 3400 lumens. Conectividade HDMI. Controle remoto. Bivolt. Branco.	6	unid	R\$ 3.989,67	R\$ 23.938,00



10	Tv 32" smart	6	unid	R\$ 1.453,00	R\$ 8.718,00
11	Tv Smart TV 43" LED Full HD Wi-fi,	5	unid	R\$ 2.094,33	R\$ 10.471,67
12	Tv Smart TV 50" LED Full HD Wi-fi,	25	unid	R\$ 2.911,00	R\$ 72.775,00
13	Tv Smart TV 55" LED Full HD Wi-fi,	15	unid	R\$ 3.076,33	R\$ 46.145,00
14	Suporte para Tv Televisão Tri Articulado 14 A 55 Polegadas Até 50kg Universal	50	unid	R\$ 199,00	R\$ 9.950,00
<b>TOTAL POR EXTENSO: DUZENTOS E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS.</b>					<b>R\$ 221.885,67</b>

LOTE 6					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bebedouro de compressor Gabinete em Polipropileno (plástico de alta resistência) - 220v	15	unid	R\$ 894,33	R\$ 13.415,00
2	Bebedouro industrial de bancada inox 25L com filtro refrigerado - 220v	20	unid	R\$ 2.853,33	R\$ 57.066,67
3	Bebedouro industrial em alumínio 100 L com filtro – 220v	10	unid	R\$ 4.621,67	R\$ 46.216,67
4	Bebedouro Industrial alumínio inoxidável 200 litros 3 torneiras ou superior 220v	10	unid	R\$ 5.515,00	R\$ 55.150,00
5	Ferro elétrico à Vapor, 220v	10	unid	R\$ 124,67	R\$ 1.246,67



6	Bebedouro compressor de coluna, Voltagem: 220v	20	unid	R\$ 994,33	R\$ 19.886,67
7	BATEDEIRA INDUSTRIAL 12 L, 220 V	10	unid	R\$ 6.713,29	R\$ 67.132,90
8	Liquidificador, 2 litros, 3 Velocidades, 550 w, 220 V	30	unid	R\$ 264,67	R\$ 7.940,00
9	Liquidificador Semi Industrial 2L, 220 V	5	unid	R\$ 946,33	R\$ 4.731,67
10	Micro-Ondas 30 Litros, 220 V	4	unid	R\$ 939,67	R\$ 3.758,67
11	Sanduicheira	5	unid	R\$ 137,67	R\$ 688,33
12	Ventilador Coluna 40cm, 03 velocidades, 220 V	30	unid	R\$ 326,33	R\$ 9.790,00
13	Ventilador de Mesa 40cm, 3 velocidades, 200 V	50	unid	R\$ 221,00	R\$ 11.050,00
14	Ventilador de Parede Oscilante, 3 Pás Premium, Preto, 60cm, Bivolt	80	unid	R\$ 437,67	R\$ 35.013,33
<b>TOTAL POR EXTENSO: TREZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS.</b>					<b>R\$ 333.086,57</b>

**LOTE 7**

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KIT COZINHA, 8 portas, madeira	10	unid	R\$ 1.051,00	R\$ 10.510,00



2	ARMÁRIO DE COZINHA, DE AÇO, COM 6 PORTAS, VIDRO E 3 GAVETAS	3	unid	R\$ 1.654,67	R\$ 4.964,00
3	ARQUIVO DE AÇO PARA PASTA SUSPensa 4 GAVETAS	30	unid	R\$ 1.333,00	R\$ 39.990,00
4	CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA	4	unid	R\$ 1.107,67	R\$ 4.430,67
5	CADEIRA DIRETOR COM BASE GIRATÓRIA	10	unid	R\$ 1.022,33	R\$ 10.223,33
6	CADEIRA PRESIDENTE ALTA COSTURADA	10	unid	R\$ 1.031,00	R\$ 10.310,00
7	CADEIRA PLÁSTICA A BASE DE POLIPROPILENO COM BRAÇO	250	unid	R\$ 76,67	R\$ 19.166,67
8	CADEIRA PLÁSTICA A BASE DE POLIPROPILENO SEM BRAÇO	250	unid	R\$ 76,00	R\$ 19.000,00
9	CADEIRA LONGARINA 02 LUGARES, PLÁSTICO	40	unid	R\$ 529,67	R\$ 21.186,67
10	CADEIRA LONGARINA AZUL 02 LUGARES, SEM BRAÇO, EM ESPUMAS LÂMINADAS, REVESTIMENTO EM TECIDO POLIESTER	20	unid	R\$ 643,00	R\$ 12.860,00

MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO



11	CADEIRA LONGARINA AZUL 03 LUGARES, SEM BRAÇO, EM ESPUMAS LÂMINADAS, REVESTIMENTO EM TECIDO POLIESTER	20	unid	R\$ 773,00	R\$ 15.460,00
12	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PORTA-LIVROS, ESPUMA INJETADA	300	unid	R\$ 443,33	R\$ 133.000,00
13	Conjunto de sofá 3 e 2 lugares. Estrutura em madeira resistente (eucalipto), forrado e achocado com espuma D33 e tecido ou  Corvim ou suede. Apoio para os braços. Pés em madeira ou alumínio.	10	unid	R\$ 1.134,33	R\$ 11.343,33
14	Cama de Solteiro em madeira MDF	50	unid	R\$ 601,00	R\$ 30.050,00
15	Cama de Casal em MDF	20	unid	R\$ 826,33	R\$ 16.526,67
16	Cama box solteiro acoplada tecido antialérgico, antimoho, antiácario. Espuma D28. Base em madeira com revestimento em tecido. Mínimo de 5 pés. Medida 088x188	30	unid	R\$ 461,33	R\$ 13.840,00
17	Cama tipo beliche de madeira MDF, deve possuir escada para acesso a cama superior. Medidas mínimas C 1,96 L 0,95 A 1,52.	20	unid	R\$ 1.052,33	R\$ 21.046,67
18	Cômoda 4 gavetas, em MDF	2	unid	R\$ 773,00	R\$ 1.546,00



19	Mesa de Cozinha com 4 cadeiras em MDF	5	unid	R\$ 935,00	R\$ 4.675,00
20	Colchão hospital espuma D33 revestimento em corvim. Altura 14cm largura 88cm prof. 1,88.	100	unid	R\$ 457,67	R\$ 45.766,67
21	ESTANTE EM AÇO 6 PRATELEIRAS	50	unid	R\$ 405,67	R\$ 20.283,33
22	ESTANTE EM AÇO 6 PRATELEIRAS, REFORÇADA	50	unid	R\$ 524,33	R\$ 26.216,67
23	Mesa de Reunião, tampo em MDP-BP 25 mm, Dimensões: alt 740 mm larg 2000 mm prof 930 mm	10	unid	R\$ 2.199,67	R\$ 21.996,67
24	Mesa para Computador Estrutura em Painéis de MDP e Molduras med. aprox. 74,5 x 90 x 46,3	10	unid	R\$ 553,67	R\$ 5.536,67
25	Mesa para escritório 1,20 com 2 gavetas em MDP	6	unid	R\$ 749,67	R\$ 4.498,00
26	Mesa plástica quadrada a base de polipropileno, Descrição do Tamanho 72 x 72 cm, com selo INMETRO	40	unid	R\$ 135,00	R\$ 5.400,00
<b>TOTAL POR EXTENSO: QUINHENTOS E VINTE E NOVE MIL, OITOCENTOS E VINTE E SETE REAIS.</b>					<b>R\$ 529.827,00</b>

**LOTE 8**

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-------	-----------	-------	---------	----------------	-------------



1	ACESS POINT COM TECNOLOGIA 802.11AC SUPORTE ATÉ 200 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS	5	unid	R\$ 1.454,33	R\$ 7.271,67
2	ACESS PONT COM TECNOLOGIA 802.11AC SUPORTE ATÉ 100 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS	3	unid	R\$ 1.087,67	R\$ 3.263,00
3	ADAPTADOR DE REDE SEM FIO USB MBPS 300	6	unid	R\$ 139,67	R\$ 838,00
4	ADAPTER CORD 2,5MT CAT5E	220	unid	R\$ 33,66	R\$ 7.405,93
5	Auto Transformador de Voltagem 1000va 1040va Automático Bivolt 110v / 220v ou 220v / 110v	20	unid	R\$ 184,33	R\$ 3.686,67
6	Transformador 1500VA Bivolt Conversor de Voltagem Energia Trafo Tanquinho Gamer TV Ventilador Ferramentas e Outros até 800w	20	unid	R\$ 203,00	R\$ 4.060,00
7	Transformador Premium 2000VA Bivolt 110/220 e 220/110	4	unid	R\$ 2.015,67	R\$ 8.062,67
8	Cabo Carregador Celular Tipo C Rápido Cabo Usb Tipo C Turbo	20	unid	R\$ 19,66	R\$ 393,20
9	TINTA PARA IMPRESSORA BOOKER COR PRETA, 65 ML	200	unid	R\$ 84,99	R\$ 16.998,67



10	TINTA PARA IMPRESSORA BOOKER COR AZUL, 65 ML	200	unid	R\$ 84,99	R\$ 16.998,67
11	TINTA PARA IMPRESSORA BOOKER COR AMARELA, 65 ML	200	unid	R\$ 84,99	R\$ 16.998,67
12	TINTA PARA IMPRESSORA BOOKER COR MAGENTA, 65 ML	200	unid	R\$ 84,99	R\$ 16.998,67
13	Fonte Carregador Universal Notebook 12 - 24v 5,5a 120w	5	unid	R\$ 153,67	R\$ 768,33
14	Computador CORE i5 8ª geração memória RAM 8gb, SSD480, teclado multimídia, leitor e gravador de dvd, mouse, caixa de som, monitor 18,5"	15	unid	R\$ 3.609,67	R\$ 54.145,00
15	Computador CORE i7 9ª geração memória RAM 8gb, hd 1tb, teclado multimídia, leitor e gravador de dvd, mouse, caixa de som, monitor 19", placa de vídeo GeForce GTX 1650 OC 4G GDDR5 GV N1650OC 4GD	25	unid	R\$ 3.956,33	R\$ 98.908,33
16	CPU Core i5 Com Hdmi 8GB HD 1TB	12	unid	R\$ 1.204,33	R\$ 14.452,00
17	CPU Core I7 4770 4ª Geração 3.4ghz, 16gb Ram, Ssd 480gb	24	unid	R\$ 1.891,00	R\$ 45.384,00
18	Cabo Vga X Vga Macho Hdb15 1,5 Metros Monitor Lcd Pc	10	Kit	R\$ 45,33	R\$ 453,33



19	Estabilizador Home 1000 Bivolt 6T Saída 115V, TS Shara, PowerEst 9007, Preto, Pequeno	20	unid	R\$ 529,67	R\$ 10.593,33
20	Fone De Ouvido Headset Gamer Usb Microfone Pc Notebook 7.1 Cor Preto Cor da luz RGB	10	unid	R\$ 87,67	R\$ 876,67
21	HD EXTERNO 1TB USB 3.0	12	unid	R\$ 629,67	R\$ 7.556,00
22	SSD SATA 2.5 240GB	10	unid	R\$ 271,00	R\$ 2.710,00
23	SSD 480GB, SATA	10	unid	R\$ 367,67	R\$ 3.676,67
24	Hd Externo Portátil Expansion STEA1000400 1tb Usb 3.0 Preto	20	unid	R\$ 616,33	R\$ 12.326,67
25	Ssd 4tb Portátil/externo Usb-c 3.2 Gen2 - 2000mbps	4	unid	R\$ 3.556,00	R\$ 14.224,00
26	Expansor 4 Portas Usb 3.0 Super Rápido 5 Gbps Hd Externo	10	unid	R\$ 52,66	R\$ 526,63
27	SSD interno 1 TB SATA para Notebook	6	unid	R\$ 374,33	R\$ 2.246,00
28	Impressora Plotter T3170 24" Surecolor A1 Wifi Bivolt C11CF11201	1	Unid	R\$ 6.663,00	R\$ 6.663,00
29	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA, RESOLUÇÃO 5760 X 1440 DPI	10	unid	R\$ 2.587,67	R\$ 25.876,67
30	Impressora laser multifuncional monocromática, com impressão em página A4 e velocidade de até 18ppm, digitalização em cores 1200 ppi	12	unid	R\$ 6.728,33	R\$ 80.740,00



31	Impressora Multifuncional, Laser Monocromática Impressora Multifuncional, Laser Monocromática Visor: Touchscreen colorido de 5" Velocidade de impressão: Até 50 ppm (páginas por minuto) Tempo para a 1ª página: 7.5 segundos Resolução de impressão mono: Qualidade de imagem 1.200 x 1200 Dpi, Memória standard: 1GB Volume de Páginas Mensal Recomendado: 10.000 Páginas Ciclo de Vida Mensal Máximo: Até 150.000 Páginas ao mês Toners de reposição: 3.000, 8.000, 12.000, e 20.000 páginas Cilindro: durabilidade até 50.000 páginas Toner inicial: Para até 20.000 páginas Duplex: Integrado capacidade de alimentação na bandeja: Até 250 folhas, Capacidade saída de papel: Até 520 folhas, Conectividade: Ethernet, Wi-fi,	5	unid	R\$ 10.114,33	R\$ 50.571,67
32	Impressora Multifuncional A3	1	unid	R\$ 4.459,67	R\$ 4.459,67
33	Impressora EcoTank L1250 - Tanque de Tinta Colorida, Wi-Fi Direct, Comando de voz, Bivolt, Cor: Preto	5	unid	R\$ 1.361,00	R\$ 6.805,00
34	Memória de 8GB DIMM DDR4 2400Mhz para desktop	20	unid	R\$ 253,00	R\$ 5.060,00
35	Memória de 16GB DIMM DDR4 3200Mhz 1,2V para desktop	10	unid	R\$ 554,33	R\$ 5.543,33



36	Monitor AOC LED 18,5" Widescreen HD HDMI VGA E970SWHNL - Preto - Bivolt	20	unid	R\$ 537,33	R\$ 10.746,67
37	Mouse com fio USB M90 com Design Ambidestro e Facilidade Plug and Play	50	unid	R\$ 39,00	R\$ 1.949,83
38	Mouse Sem Fio Óptico 3200dpi Usb Wireless 2.4ghz Recarregável Pc Notebook Computador Tv Smart (Preto)	20	unid	R\$ 286,33	R\$ 5.726,67
39	Nobreak Interativo 120v XNB 600 VA Preto	10	unid	R\$ 791,00	R\$ 7.910,00
40	ESTABILIZADOR 1000 VA PROGRESSIVE III ENTRADA BIVOLT / SAÍDA 115V - 5 NT - PN 16216	10	unid	R\$ 1.339,67	R\$ 13.396,67
41	Nobreak inteligente 1,5kva, senoidal	7	unid	R\$ 2.023,00	R\$ 14.161,00
42	Nobreak ATTIV Preto 1500VA 220V	10	unid	R\$ 4.001,67	R\$ 40.016,67
43	Notebook Core i7, 14ª geração, 16gb RAM, 512 ssd placa de video equivalente a RTX3050	4	unid	R\$ 8.769,67	R\$ 35.078,67
44	Notebook ANV15-51- 58AZ Core i5-13420h 8gb 512gb Rtx 3050	4	unid	R\$ 6.376,33	R\$ 25.505,33
45	Notebook core i5 memória ram 8gb, SSD 480GB, placa de video dedicada 4gb.	10	unid	R\$ 2.684,33	R\$ 26.843,33
46	Pen drive cruzer blade 16 GB	20	unid	R\$ 85,66	R\$ 1.713,27



47	Placa de Rede Wifi Pci Express Wireles Pc 300mbps 2 Antenas P/Placa Mãe Notebook Computador	10	unid	R\$ 296,33	R\$ 2.963,33
48	Switch hub de mesa 8 portas 10/100	7	unid	R\$ 479,00	R\$ 3.353,00
49	Roteador Wireless AC1200 Dual Band	20	unid	R\$ 295,00	R\$ 5.900,00
50	Rot Wifi Giga Ac1200Mbps 4Ant	10	unid	R\$ 1.247,67	R\$ 12.476,67
51	Scanner digitalizador de mesa com alimentador automático de documentos, Fonte de luz (digitalização): lâmpada fluorescente de cátodo frio, Configurações de resolução de saída em dpi: 75, 100, 150, 200, 240, 300, 400, 500, 600, Digitalização em cores.	2	unid	R\$ 3.835,00	R\$ 7.670,00
52	SCANNER: Resolução Interpolada (dpi): Até 1200 x 1200; Resolução Óptica (dpi): 600 dpi; Profundidade de Cores (bit): 24; OCR; Alimentador Aut. Folhas (ADF): 50; Alimentador Aut. Folhas (ADF): 50; Porta USB: 01; Voltagem (V): 110/220; Digitalização Frente e Verso.	1	unid	R\$ 3.864,67	R\$ 3.864,67
53	SWITCH 16 PORTAS ETHERNET 10/100/1000	4	unid	R\$ 601,00	R\$ 2.404,00



54	SWITCH KVM 8 PORTAS	4	unid	R\$ 601,00	R\$ 2.404,00
55	Teclado com fio USB, Resistente à Respingos, Barra de Espaço Curva, Compatível com PC e Notebook, Layout ABNT2	40	unid	R\$ 101,33	R\$ 4.053,20
56	Teclado Com Fio Compacto Conexão USB Cabo de 120cm Resistente Água Preto	40	unid	R\$ 60,00	R\$ 2.399,87
57	Trituradora Fragmentadora Picota Papel 150 Folhas - 220v	4	unid	R\$ 4.144,67	R\$ 16.578,67
58	Toner P1005 Cb435a 435a 35a P1006 M1120 Cb436a - Print King Premium	10	unid	R\$ 101,00	R\$ 1.010,00
59	Toner Cf283a 83a   M127fn M127fw M127 M125 M201 M225 M226 M202   Premium 1.5k	10	unid	R\$ 73,00	R\$ 730,00
60	TONER D205I D205 205 - Scx5637 Scx4833 MI3710	5	unid	R\$ 153,33	R\$ 766,65
61	Toner MI-D2850b Preto (Black)   MI2850   MI2851 - 5k.	5	unid	R\$ 199,67	R\$ 998,33
62	Kit 4 Cartuchos de Tinta T40w T3170 5170 C/ Preto 80ml	2	kit	R\$ 2.746,33	R\$ 5.492,67
<b>TOTAL POR EXTENSO: OITOCENTOS E TREZE MIL, SEISCENTO E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS.</b>					<b>R\$ 813.655,25</b>

**LOTE 9**

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMERA BULLET VHD 1230B G7 FULL HD	100	unid	R\$ 401,00	R\$ 40.100,00



2	CABO COAXIAL 4MM CAIXA COM 100M	20	unid	R\$ 155,00	R\$ 3.100,00
3	GRAVADOR DVR S. ALONE 16CH MHDX 1116	8	unid	R\$ 1.574,33	R\$ 12.594,67
4	HD SATA 1.0 TB 64MB WD PURPLE	15	unid	R\$ 719,67	R\$ 10.795,00
5	SSD Plus 1TB SATA III 2,5"	10	unid	R\$ 1.449,33	R\$ 14.493,33
6	Câmera fotográfica com lente 16-50mm F/3.5-5.6, Sensor de imagem de quadro completo avançado, Resolução de vídeo 4k	1	unid	R\$ 11.663,00	R\$ 11.663,00
7	Câmera EOS Rp RF 24- 105mm f/4-7.1 IS STM mirrorless cor preto	2	unid	R\$ 18.793,33	R\$ 37.586,67
8	Câmera De Ação 8k 360º Ipx8 à Prova D'água Chip Triple Ai 2400mah bateria lentes resistentes e substituíveis	1	unid	R\$ 8.559,67	R\$ 8.559,67
9	Estabilizador de Imagens Gimbal SmartEyes	1	unid	R\$ 1.367,67	R\$ 1.367,67
10	Drone Mini 4 Pro Fly More Combo Plus Câmara integrada, Dobrável, GPS integrado, Estabilização de imagem, Foco automático, Gravação 4k	2	unid	R\$ 15.746,67	R\$ 31.493,33

MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO



11	Teleprompter Prompter com Suporte de Telefone Controle Remoto para Gravação de Vídeo Transmissão ao Vivo Entrevista Palco Apresentação Discurso	1	unid	R\$ 1.015,67	R\$ 1.015,67
12	Lanterna Tática T9 Led Recarregável P50 USB Super Potente 1200 Lumens 3 Modos de Iluminação Zoom Longo Alcance Leve e Resistente	5	unid	R\$ 117,67	R\$ 588,33
13	Rebatedor Fotográfico 5x1 60 Cm Estúdio Externa	3	unid	R\$ 173,00	R\$ 519,00
14	Kit Luz Soft Box 50x70 Cm Contínua Tripé 2m E27 Estúdio	1	unid	R\$ 279,67	R\$ 279,67
15	Painel Iluminador Profissional 160 Led Hd P/ Fotos Filmagem	1	unid	R\$ 427,67	R\$ 427,67
16	Webcam USB Full HD 1080P com Microfone Ângulo 110° e Tripé	6	unid	R\$ 311,00	R\$ 1.866,00
17	Lente para câmera RF-S 55-210mm f/5-7.1 IS STM	1	unid	R\$ 4.027,67	R\$ 4.027,67
18	Flash Universal Godox Tt520ii + Radio Disparador	1	unid	R\$ 2.281,00	R\$ 2.281,00
19	Sinalizador Sonoro Sirene Eletromecânica Contínuo 123db 220V Alumínio EG101	15	unid	R\$ 1.014,33	R\$ 15.215,00
20	Radio Walk Talk Comunicador 16 Ch 12km 777s Ht Bandas De Freqüência 400-470 Mhz Cor Preto	10	unid	R\$ 101,00	R\$ 1.010,00
21	Gravador Digital Ip 08 Canais 5MP Onvif HZ-NVR8CH	12	unid	R\$ 787,67	R\$ 9.452,00



22	Smartphone, Memória RAM 256 GB, Capacidade de armazenamento da memória 256 GB. Tamanho da Tela Aprox. entre 6 a 7 Polegadas, câmeras frontais e traseiras, câmera grande-angular de 48 MP com teleobjetiva de 2x com qualidade óptica	4	unid	R\$ 11.528,00	R\$ 46.112,00
23	iPad (10a Geração) 10.9 Wi-fi 256gb	2	unid	R\$ 5.027,67	R\$ 10.055,33
24	Power Bank, Carregador Portátil Universal 20.000mAh, USB-A (até 18W) + USB-C (até 20W), Compacto, Carregamento Rápido, Pass Through, Led Indicador de Bateria, PB20K20WSG, Cinza espacial	2	unid	R\$ 305,67	R\$ 611,33
25	Microfone de Lapela sem fio versão Combo Duplo Para 2 Pessoas, Responsividade do som 115 dB, Nível de ruído 115 dB, Controle Inteligente do Cancelamento de Ruído, transmissão de áudio estável, livre de todos os tipos de interferência, a até 1.000 pés de distância.	3	unid	R\$ 2.347,67	R\$ 7.043,00

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



26	Kit Câmera e Lente Compatíveis Kit Câmera + lente compatíveis entre si. mirrorless full frame gravação em 4k, Resolução 33 Mpx, Resoluções do vídeo 2160 px x 3840 px. Lente Tamanho do sensor óptico: 23.5 mm x 15.6 mm Lente 17-70mm 2.8	2	Kit	R\$ 30.064,00	R\$ 60.128,00
27	Bastão Led Luxceo Q508a Rgb Profissional + Tripé 2 Metros	2	unid	R\$ 466,33	R\$ 932,67
28	Flash para câmera VING V860C	2	unid	R\$ 2.747,67	R\$ 5.495,33
29	Impressora Impressão dupla face automática. Tecnologia de impressão: jato de tinta. Cópia, Scanner, Impressão Conexões móveis: Wi-Fi	2	unid	R\$ 1.716,33	R\$ 3.432,67
30	Tela do Projetor com Suporte, Tela de Projetor Externa de 100 Polegadas e Suporte, Tela de Filme Externa Espessada e Sem Rugas e Estrutura Resistente para Cinema Em Casa	2	UNID	R\$ 815,67	R\$ 1.631,33
<b>TOTAL POR EXTENSO: TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E SETE REAIS.</b>					<b>R\$ 343.877,00</b>

Valor total da contratação é estimado em R\$ 3.893.792,34 (TRÊS MILHÕES, OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS.).

**3.1.** Nos preços ofertados deverão estar computadas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações relacionadas com a aquisição do presente termo de referência.



- 3.2.** - Nos termos do inciso I do *caput* do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, a estimativa de aquisição poderá sofrer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente prevista.
- 3.3.** - Os preços unitários somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente que justifique a aplicação, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração Pública Municipal.
- 3.4.** O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária em conta corrente em nome da Contratada e/ou na tesouraria municipal, mediante a apresentação de fatura discriminativa, de acordo com os itens, quantidades e preços previstos no projeto de venda (proposta de preços) vencedor, devidamente certificada e atestada.
- 3.5.** - O pagamento será efetuado em até 30 dias corridos, contados a partir do efetivo recebimento dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal/fatura pela Contratada, devidamente atestada e liquidada pela contratante.
- 3.6.** - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 3.7.** - Nenhum pagamento será efetuado caso o faturamento apresente alguma incorreção ou divergência de valores, e será devolvido para as devidas correções e/ou ajustes e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento fiscal.
- 3.8.** - Só serão efetuados os pagamentos referentes aos produtos efetivamente entregues. Será exigida, mensalmente, a apresentação de certidão negativa de débito ou regularidade com a Receita Federal, FGTS, Procuradoria Geral da União e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

#### 4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

##### 4.1 - Constituem obrigações da Prefeitura (Contratante):

##### 4.2 - Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da aquisição abrangem o seguinte:

**4.2.1** - O Município de Queimadas não aceitará ou receberá qualquer produto adulterado, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Fornecedor efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, por esse Município, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual;

##### 4.3 - Constituem obrigações da Contratada:

- a)** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste TR, Ata ou Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- c)** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata ou contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata ou contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g)** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata ou contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e



as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata ou contrato;

- i)** Comunicar ao Fiscal da Ata ou contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j)** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k)** Manter durante toda a vigência da Ata ou contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l)** Cumprir, durante todo o período de execução da Ata ou contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)); (quando for o caso)
- m)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata ou contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)); (quando for o caso)
- n)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata ou contrato;
- o)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- p)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas da ata ou contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### 4.4 - Obrigações da Administração:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata ou contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência na ata ou contrato;
- c)** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata ou contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e)** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021](#);
- f)** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ata ou Contrato;
- g)** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e ata ou Contrato;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata ou Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
- l)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata ou contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do



Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 5 DO PROCEDIMENTO DE ENTREGA

**5.1** - A aquisição seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1** - As aquisições serão executadas conforme prescrito nos requisitos da contratação deste Termo de Referência.

## 6 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO.

**6.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**6.2** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo Prestador de Serviço estão previstos no edital.

**6.3** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo Prestador de Serviço serão:

**6.3.1.** Comprovação de aptidão para a fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

## 7 PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

**7.1** O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, com início na data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.2** Poderá a Administração Municipal optar pela celebração de contrato administrativo, observando-se o quanto disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7.3** A prorrogação do contrato administrativo celebrado em decorrência da Ata de Registro de Preços se regerá nos termos dos arts. 105 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## 8 RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

**8.1** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**8.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

**8.3** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 9 DA SUBCONTRATAÇÃO.

**9.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

**10.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

**11.1** Nos termos do art. 117 da Lei federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**11.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei federal nº 14.133/2021.

**11.3** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11.4** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

## 12 DO DIREITO AO REAJUSTAMENTO.

**12.1** - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

**a** - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**b** - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

**12.2** - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**12.2.1** - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**12.2.2** - Na hipótese prevista no item 12.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**12.2.3** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos no edital e neste termo de referência, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**12.2.4** - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

**12.3** - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

**12.3.1** - Para fins do disposto no item 14.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**12.3.2** - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

**12.3.3** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no 12.3, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços

registrados.

**12.4** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**12.4.1** - Na hipótese de comprovação do disposto no item 12.3 e 12.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**12.4.2** - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

### **13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**13.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando tratar-se de entrega imediata de produto.

### **14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**14.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, a Contratada que:

**14.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**14.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**14.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**14.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**14.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**14.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**14.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**14.6.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do



recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o MUNICÍPIO DE QUEIMADAS poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**14.8.** A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**14.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**14.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**14.12.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do MUNICÍPIO DE QUEIMADAS.

## 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

**15.1.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. O edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto nos arts. 82 e seguintes da Lei federal nº. 14.133/2021.

Queimadas, Bahia – 16 de julho de 2025.

Ricardo Marcos Batista Lopes  
Prefeito

QUEIMADAS

PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**  
**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (     ) NÃO(     )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>				<b>CIDADE:</b>		
<b>CEP:</b>				<b>E-MAIL:</b>		
<b>TELEFONE:</b>				<b>FAX:</b>		
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>				<b>TELEFONE:</b>		
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>				<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>		
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

A empresa \_\_\_\_\_ declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra, bem como todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, e ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura desta.
- 3 O prazo de início para o fornecimento dos produtos será de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, anexo ao Edital deste processo licitatório.
- 4 Não se insere nas vedações estabelecidas na Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 5 Têm ciência que todos os produtos serão avaliados pela Administração, podendo ser devolvidos caso não atendam à descrição estabelecida no Termo de Referência deste Edital ou que demonstrem ser de má qualidade.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa

**Obs.:** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou, ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO**



**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**  
**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

Ao Pregoeiro,

\_\_\_\_\_, proponente, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital acima mencionado, bem como que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação das proponentes que participarem do presente procedimento de licitação, observando-se os critérios e condições estabelecidos no Edital, bem como que demonstram integral capacidade de promover o fornecimento dos produtos objeto deste certame.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**

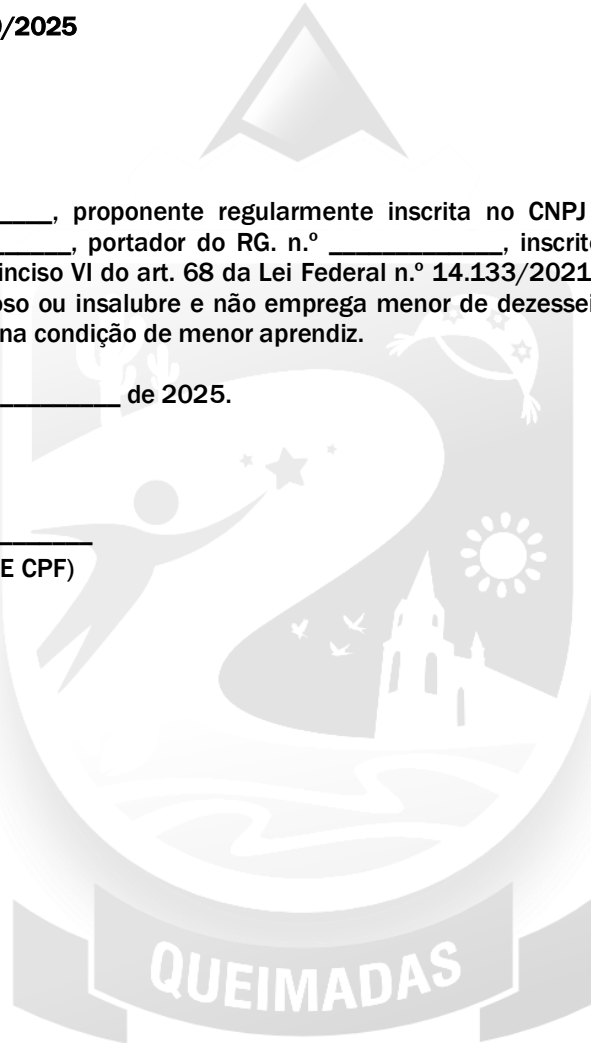
**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

\_\_\_\_\_, proponente regularmente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG. n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvando-se o empregado menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**

**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

\_\_\_\_\_, proponente, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório acima identificado, declara, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal brasileiro, que:

- A proposta apresentada para participação no Processo Licitatório já identificado foi elaborada de maneira independente pelo Proponente, e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por qualquer outro participante potencial ou de fato do mesmo Processo Licitatório, através de qualquer meio ou pessoa.
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participação do Processo Licitatório não foi informada ou discutida junto a qualquer outro participante potencial ou de fato, objetivando influenciar no seu resultado.
- Não tentou, por qualquer meio ou pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que tange a sua participação no presente Processo Licitatório.
- O conteúdo da proposta apresentada neste Processo Licitatório não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, apresentada ou discutida com qualquer outro participante potencial ou de fato, ou mesmo foi informada ou recebida por qualquer integrante da Secretaria de Administração ou Servidor Público do Município, antes da abertura oficial das propostas.
- Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

QUEIMADAS  
PREFEITURA DE  
**QUEIMADAS**  
MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**

**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sediada na (endereço completo, com CEP), regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo §4º, do art. 3º da já mencionada Lei.

Declara, portanto, para os fins estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e sob as penalidades legais, ser:

( ) **MICROEMPRESA** – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$360.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo §4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 14/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – Receita bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo §4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 14/2014.

**Obs.:**

- A declaração deverá ser preenchida tão somente por licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da legislação ora mencionada;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Contador c/ identificação de CPF e CRC

**QUEIMADAS**  
PREFEITURA DE  
**QUEIMADAS**  
MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO



**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**

**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

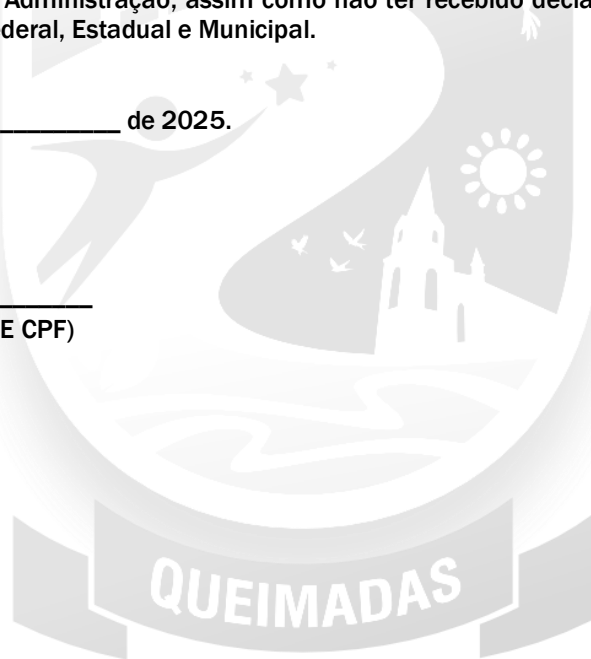
**Obs. Uso obrigatório de papel com timbre da proponente.**

Ao  
MUNICÍPIO DE QUEIMADAS - BAHIA  
Sr. Pregoeiro,

A empresa \_\_\_\_\_, regularmente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, declara não ter recebido do Município de Queimadas, Bahia, ou de qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, em âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal, suspensão temporária para participação em processos licitatórios e/ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025**

**PREGÃO ADMINISTRATIVO Nº 190/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, regularmente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, declara, em conformidade com a Lei federal n.º 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos para habilitação para o processo licitatório identificado acima, a ser realizado pelo Município de Queimadas, Bahia.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*



**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/2025.**

**CONTRATO N° XXX/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
QUEIMADAS/BAHIA E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA  
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento, o Município de Queimadas, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, com Sede e Foro na Praça Everaldo Procópio, nº 97, Prédio – Centro, na cidade de Queimadas/Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.218.952/0001-90, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ricardo Marcos Batista Lopes, portador do CPF nº 633.846.395-53 e RG nº 07.645.341-30 SSP/BA, a seguir denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_-\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_/0001-\_\_\_\_, representada, neste ato por seu sócio administrador, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, adjudicatária do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 042/2025, têm entre si ajustado o presente Contrato de Fornecimento de Bens/Produtos/Equipamentos, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de fornecimento de (descrição dos bens, produtos ou equipamentos a serem fornecidos) para o Município de Queimadas, Bahia, de acordo com as especificações e elementos técnicos apresentados no Pregão Eletrônico n.º 042/2025, bem como por aqueles inseridos na proposta elaborada, que integram este instrumento para todos os fins, independentemente de transcrição, e que a **CONTRATADA** se obriga a obedecer, em todas as suas cláusulas.

**Parágrafo Primeiro.** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo.** As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**Parágrafo Terceiro.** É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de XX (xxxxxxxx) meses, findando-se em XX de XXXXXXXX de 202X, admitindo-se a sua prorrogação exclusivamente nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único.** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO**

Pela execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$XX.XXX,XX (valor por extenso), conforme preços unitários dispostos na planilha orçamentária anexa ao presente instrumento, a ser pago conforme elementos técnicos dispostos no processo licitatório que originou a presente contratação.

**Parágrafo Primeiro** - O valor supra referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à CONTRATADA qualquer outro pagamento, sejam quais forem os motivos invocados, notadamente em decorrência de serviços que tenham sido refeitos, em face de erros cometidos pela mesma, a qualquer título.

**Parágrafo Segundo** - Os preços serão irrevogáveis, conforme o disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, ou legislação pertinente que venha substituí-la ou regulamentá-la. Havendo alterações legais que possibilitem a aplicação de reajustamento, o mesmo ficará condicionado ao estipulado na normatização sobre a matéria, que venha a ser editada pelo Governo Federal.

**Parágrafo Terceiro** - Nos termos do §7º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, ultrapassando 12 (doze) meses da data da proposta, a CONTRATADA poderá requerer o reajustamento dos preços pactuados, utilizando-se do índice IPCA (ou INPC).

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objeto deste Contrato serão provenientes do orçamento vigente do Município de Queimadas, conforme a seguinte dotação orçamentária:

### **CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado mensalmente mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da respectiva fatura, em 02 (duas) vias, correspondente aos serviços efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização, mediante atesto do Setor responsável, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia posterior à data de sua aprovação pela fiscalização.

**Parágrafo Primeiro** - Havendo erro na fatura, a sua tramitação será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento, a data de sua reapresentação, devidamente regularizada.

**Parágrafo Segundo** - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

**Parágrafo Terceiro** - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**Parágrafo Quarto** - Para efetivação dos pagamentos das notas fiscais apresentadas, a CONTRATADA deverá encaminhar as certidões negativas de débito ou de regularidade com a Receita Federal, Estadual e Municipal, FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Toda e qualquer comunicação, ordens de serviço, reclamações, imposição de multas, intimações, etc, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será sempre transmitida por escrito e devidamente registrada, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA ser protocoladas, pois só dessa forma produzirá efeito.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, suspender ou paralisar, temporariamente, no todo ou em parte, a prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA:

- a) o recebimento do valor dos serviços executados, aceitos e não pagos;
- b) o ressarcimento de despesas relacionadas com o respectivo Contrato, ocorridas até a data em que for comunicada a suspensão ou paralisação dos serviços.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATANTE reserva a si o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações nas especificações técnicas, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, respeitadas as disposições específicas deste Contrato, os eventuais acréscimos ou reduções de custos decorrentes dessas alterações, serão objeto de prévio ajuste das partes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das obrigações previstas neste Contrato e no Termo de Referência anexo ao Edital do Processo Licitatório, obriga-se especificamente a:

- a) responder financeiramente, inclusive na via judicial, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos que possam causar à União, Estado e Município ou a terceiros, em função da execução do objeto deste Contrato;
- b) fornecer os produtos de acordo com a proposta apresentada e demais elementos técnicos que compõem o procedimento de contratação, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas, assim como as determinações da CONTRATANTE e a legislação pertinente;
- c) aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, obedecidos os limites legais;
- d) responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações comercial, previdenciária, tributária e trabalhista;
- e) manter, permanentemente equipe técnica indicada em sua proposta que assuma perante a fiscalização da CONTRATANTE a responsabilidade técnica e legal dos serviços, até a entrega definitiva, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária;
- f) facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, em qualquer dia ou hora normal de expediente, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g) refazer, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, os serviços julgados inadequados ou incorretos pela fiscalização;
- h) providenciar, às suas expensas, cópias de todos os documentos que venham a ser necessários, para a execução dos serviços, durante a vigência do Contrato, além de ser responsável pelas licenças, alvarás, taxas, habite-se, etc, quando necessário, e demais despesas legais para implantação do objeto licitado;
- i) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- l) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- m) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- n) entregar os produtos solicitados pela Administração Pública, conforme regras estabelecidas no Edital de licitação e nos prazos ali estabelecidos;
- o) observar as características e qualidades dos produtos a serem fornecidos, respondendo pela necessidade de substituição dos mesmos;
- p) responsabilizar-se pelas garantias legais previstas, sob pena de se interpretar como inexecução contratual, passível da aplicação das penalidades legais e contratuais respectivas.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE exercerá fiscalização e acompanhamento dos serviços contratados, através de preposto ou equipe especialmente designada para este fim.

**Parágrafo Primeiro** – A fiscalização será exercida no exclusivo interesse da CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que, na sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – À fiscalização compete:

- a) relatar em tempo hábil ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- b) esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondência protocolada.



- c) expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- d) rejeitar todo e qualquer serviço inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- e) exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- f) emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- g) determinar a substituição, em 24 horas, de qualquer empregado da CONTRATADA, desde que justificado.

**Parágrafo Terceiro – A gestão do presente contrato é de responsabilidade do servidor Carlos Henrique Sampalo Sobrinho, Fiscal de Contratos vinculado à Secretaria Municipal de Saúde Decreto Nº 144/2025.**

**\*TARCIANE KELE SILVA SOBRINHO, servidora Fiscal de Contrato vinculada à Secretaria de Ação Social, Decreto 065/2025 de 16 de janeiro.**

**\* VANESSA NUNES ARAUJO, servidora Fiscal de Contratos vinculada à Secretaria de Administração.**

**\* DOMICIO ARAUJO SANTOS, servidor Fiscal de Contrato vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura DECRETO 096/2025 de 28 de janeiro.**

**\* MARIA TEREZA SILVA MATOS, servidora fiscal de contrato vinculada à Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e lazer.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do contrato será recebido provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da última fatura pela CONTRATADA, nos termos do quanto disposto no art. 140, I, a, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o recebimento definitivo dos serviços será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias da conclusão dos serviços, através da lavratura de “Termo de Recebimento Definitivo”, por Servidor designado para este fim.

**Parágrafo Único – O “Recebimento Definitivo” não isentará a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas pela Lei, conforme disposto no art. 140, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES CONTRATUAIS**

No caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas as sanções previstas nos arts. 150 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como aquelas dispostas no Termo de Referência anexo ao Edital, a saber:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE;

**Parágrafo Primeiro - A multa a ser estabelecida no Edital ou em regulamento próprio, será descontada dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Não existindo créditos do Contrato, o valor das multas será amigável ou judicialmente cobrado.**

**Parágrafo Segundo – Pela inexecução total ou parcial do Contrato serão aplicadas as sanções previstas no *caput* desta Cláusula, garantida a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo haver cumulação das demais sanções com a multa.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA**

Não será exigida garantia para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, nos termos do quanto disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROIBIÇÃO DE CESSÃO**

A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder a execução deste Contrato parcial ou totalmente, salvo as subcontratações permitidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

Assegurado o contraditório e a ampla defesa, o presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interposição judicial, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências previstas na mesma



Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o foro de Queimadas para dirimir todas as dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato - e que não possam ser resolvidas pela via administrativa - com exclusão de qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

Queimadas/Bahia, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, ESTADO DA BAHIA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ricardo Marcos Batista Lopes  
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE

**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*

**ANEXO X – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2025.**

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADAS**, instituição de direito Público, inscrito no CNPJ sob N° 14.218.952/0001-90 com sede na Praça Everaldo Procópio de Oliveira, N° 97 – Centro - Queimadas-BA – CEP: 48.860.000, representado neste ato pelo Sr° Prefeito Municipal Ricardo Marcos Batista Lopes, maior, brasileiro, casado, portador do CPF n° 870.788.725-68 e RG n° 780273494 SSP/BA, residente e domiciliado a Rua Jose Bezerra de O Filho, N° 300, Contorno, Queimadas-BA, CEP: 48.860-000, autorizado, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025 e PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 190/2025, RESOLVE registrar os preços para **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (INFORMATICA, ELETROELETRONICOS, AUDIO E VIDEO, MOVEIS E ELETRODOMESTICOS) E MATERIAIS (SUPRIMENTOS DE INFORMATICA) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO**, conforme as especificações constantes do Anexo I da presente Ata, da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, através do seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_, espedido por \_\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_\_, doravante denominado **FORNECEDOR**, com fundamento na Lei federal n° 14.133/2021, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e em conformidade com as disposições a seguir.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – São partes integrantes desta Ata como se nela transcritos estivessem o Edital do Pregão Eletrônico n° 042/2025 e seus Anexos, a Proposta de Preços da Empresa Vencedora acima e demais peças que constituem o Processo Administrativo n° 190/2025.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

**1.1** - Esta Ata não obriga o **MUNICÍPIO DE QUEIMADAS** a firmar contratações com o **FORNECEDOR**, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

**1.2** - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor é de: **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

**1.3** - Os pagamentos devidos à Fornecedor serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

**1.4** - A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do **CONTRATANTE**.

**1.5** - Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

**1.6** - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

**CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

**2.1** - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo **MUNICÍPIO DE QUEIMADAS** mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de PREGÃO ELETRONICO N° 042/2025.

**2.2** - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**3.1** - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria de Administração do **MUNICÍPIO DE QUEIMADAS**, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

**3.2** - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

**3.3** - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

**4.1** - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

**4.2** - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**4.3** - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**4.4** - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

**4.5** - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**4.5.1** - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

**4.5.2** - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

**4.5.3** - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

**5.1** - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

**5.1.1.** Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

**5.1.2.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas no Decreto municipal n.º 048/2024 e na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

**6.1.1** - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

**6.1.2** - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

**6.1.3** - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2** - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**6.3** - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**6.4** - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**6.5** - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

**6.6** - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**6.7** - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**6.8** - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.1** - A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

**7.2** - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**8.1** - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

**9.1** - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

**9.2** - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

**9.3** - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

**9.4** - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

**9.5** - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

#### **CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS:**

**10.1** - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

**10.2** - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

**10.3** - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.4** - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.



#### **CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**11.1** - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**11.1.1** - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.1.2** - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**11.1.3** - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2** - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

**11.3** - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**12.1** - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

#### **CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**13.1** - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**13.1.1** - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**13.1.2** - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**13.1.3** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**13.1.4** - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**13.2.1** - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**13.2.2** - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**13.2.3** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**13.2.4** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de

registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**13.3** - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**13.4** - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**14.1** - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**14.2** - O remanejamento somente poderá ser feito De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**14.3** - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**14.4** - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**14.5** - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**14.6** - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**15.1** - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**15.1.1** - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**15.1.2** - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**15.1.3** - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

**15.1.4** - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**15.2** - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**15.3** - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**15.4** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**15.5** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de



preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**15.5.1** - Por razão de interesse público;

**15.5.2** - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**15.5.3** - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

**CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

**16.1** - As partes elegem o foro da Comarca de Queimadas – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

**16.2** - E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Queimadas-Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**CONTRATANTE:**

**FORNECEDOR:**

**MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, ESTADO DA BAHIA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ricardo Marcos Batista Lopes  
Prefeito

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Representante legal

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_

PREFEITURA DE  
**QUEIMADAS**

*MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO*

